

Da Matéria ao Sujeito: inquietação patrimonial brasileira

Manuel Ferreira Lima Filho¹

Universidade Federal de Goiás – Faculdade de Ciências Sociais

RESUMO: Neste artigo visito algumas idéias e práticas que marcaram o saber e o fazer inerentes ao tema do patrimônio cultural brasileiro. A intenção é procurar fugir não apenas das explicações repetitivas, históricas e já desgastadas que permeiam a política denominada “de pedra e cal”, mas também da moda do patrimônio imaterial como se fosse uma política redentora do patrimônio brasileiro. A oscilação entre esses dois pólos conceituais é identificada aqui como um trauma que norteou, até o momento, as políticas patrimoniais do país. Aponto que é preciso sair dessa velha tensão, na realidade um falso problema, que pode desfocar a compreensão/interpretação e ressemantização social do patrimônio pelos grupos sociais, que deveria ser a razão, *a priori*, da existência de tais políticas. Nessa cartografia das políticas públicas brasileiras relacionadas ao patrimônio cultural, joga luz para focar o lugar da Antropologia, sua contribuição e seus limites, como área de conhecimento interlocutora crescente na reconstrução de tais políticas.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural, Políticas Públicas, Antropologia.

Patrimônio e sua gênese no Brasil: notas introdutórias

Excepcionalidade e tombamento estão colados na trajetória epistemológica do conceito de patrimônio cultural no Brasil. Herdamos a preponderância da expressão física, bem dizendo, material do patrimônio sobre o plano das idéias ou de sua imaterialidade.

Quando analisei a relação entre, de um lado, o conceito antropológico de cultura e, de outro, a idéia de excepcionalidade patrimonial e o instrumento do tombamento (Lima Filho, 2006; 2007), eu já desconfiava que a mesma idéia parecia dar o tom ao novo arranjo patrimonial brasileiro pela promulgação do Decreto nº 3.555 de 2000, que instituiu os livros de registros dos bens imateriais (IPHAN, 2006a).

Parece-me que a nova lei veio tentar, antes de tudo, resolver duas questões que sempre incomodaram os pensadores ou gestores do patrimônio cultural no Brasil. A primeira diz respeito à distorção conceitual histórica do projeto de Mário de Andrade² e sua noção acadêmica ou holística sobre o patrimônio, em que se sobressai a ideia de que políticas públicas brasileiras por muito tempo priorizaram as ações relacionadas ao patrimônio material. A outra questão é decorrente dessa: trata-se de uma inquietação latente sobre quando haveria, de fato, uma política pública nacional que pudesse dar *status* ao patrimônio imaterial para equilibrar as duas vertentes material/imaterial e, por fim, valorizar as referências culturais do povo brasileiro. Quase uma revanche simbólica.

Esse trauma mal resolvido aponta para um nó simbólico a flutuar no campo de um inconsciente coletivo patrimonial brasileiro, qual seja, a necessidade de resgatar ou tornar imortal, para usar uma expressão de Abreu (1996), o lugar de Mário de Andrade como um herói mítico do patrimônio do Brasil. É como se não houvesse Patrimônio Cultural Brasileiro sem Mário de Andrade.³

Não é por acaso que em 2006, na Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM) em Porto Alegre, batizamos uma premiação de teses e dissertações relacionadas ao tema do patrimônio cultural de “Prêmio Mário de Andrade”, selando uma parceria IPHAN/Departamento de Museus e a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), por meio do seu Grupo Permanente de Trabalho sobre o Patrimônio Cultural. Para além da

justa homenagem, o que quero relevar aqui é a significação simbólica de alguns personagens e as políticas que sustentam ou indexam o tema do patrimônio cultural em nosso país, as quais oscilam entre um materialismo ufanista civilizatório e um idealismo processualístico redentor.

Nesse viés, as idéias e o lugar da *persona* política e mítica de Mário de Andrade não poderiam ficar num segundo plano, já que durante muito tempo a figura de outro herói, Rodrigo Melo Franco de Andrade, e suas ações obstinadas pela proteção do patrimônio edificado, legitimadas ou não por suas justificativas, parecia esmaecer o plano original de Mário de Andrade.

Não há dúvidas quanto à presença intelectual futurista e arrebatedora das ações e práticas de Mário de Andrade na latente questão, ancorada nas décadas de 1920 e 1930, sobre a necessidade de um projeto intelectualista, identitário e de nacionalidade para o país. Para ele esse projeto deveria ser arquitetado necessariamente por meio de um projeto cultural e artístico em suas concepções amplas: arte, folclore, literatura, música, estética, psicologia, informação, museus e patrimônio cultural. Suas viagens, primeiro para as cidades históricas de Minas Gerais (1919), para o Pará (1927) e depois para o Nordeste (1928),⁴ vão lhe dando a matéria-prima que delinearía a sua contribuição ao pensamento social brasileiro, marcado em suas obras desde a semana de 1922, como em Paulicéia Desvairada e Macunaíma.

Terminada a Revolução de 1932 e após o movimento da Semana de 22, Mário de Andrade se dedicou ao projeto modernista brasileiro, conforme nos explica Batista (2002), desenvolvendo uma intensa movimentação no campo científico e cultural em São Paulo. Nesta cidade foram criadas a Escola de Sociologia e Política (1932) e a Universidade de São Paulo (1934). Mário de Andrade ocupa, em 1935, o cargo de Diretor do Departamento de Cultura de São Paulo e passa a ter uma relação direta com o casal Dina e Claude Lévi-Strauss (Batista, 2002).

No Rio de Janeiro, então capital federal, observam-se no plano da gestão de política cultural muitas ações coordenadas pelo ministro Gustavo Capanema que, de 1934 a 1945, ocupa o cargo de ministro da Educação e Saúde. Dentre essas ações destaca-se o anteprojeto que foi enviado por Mario de Andrade em 24 de março de 1936, após troca de correspondências com Rodrigo de Melo Franco. O resultado foi a criação do SPHAN, tendo Rodrigo como o seu primeiro diretor (Bastista, 2002).

Diga-se de passagem, conforme apontou Veloso (1996), que não se pode esquecer também de Lúcio Costa como o teórico ou mentor intelectual do grupo dos modernistas. Grupo que a referida autora denominou de “Academia SPHAN” e que seria um tipo de *intelligentsia* do patrimônio cultural brasileiro de 1937 a 1969, sob o comando de Rodrigo, e que ajudaria a delinear as ações de novo órgão voltado aos monumentos, edificações e arte barrocos.

O processo reparador de colocar ordem no mundo patrimonial brasileiro parecia se instaurar com Aloísio Barbosa de Magalhães no período de 1979 a 1982, se não fosse a sua rápida passagem pelo IPHAN.⁵ Ele tentou ritmar os passos da política patrimonial brasileira no compasso da noção de referências culturais, já desenhadas nas mesas da Unesco, e que soube explorar muito bem em suas passagens pelo serviço público federal, no campo das políticas culturais. Aloísio, com um olho na Unesco e outro em Mário, e seguindo a sua intuição artística, tenta colocar no mesmo nível semântico o domínio nacional do patrimônio e o mundial.

Ao visitar uma esquecida cidadezinha do interior de Pernambuco, denominada Triunfo (Magalhães, 1997), ele conecta o local ao regional, ao nacional e ao mundial. Ou seja, tenta fazer no imaterial aquilo que o grupo do ministro Augusto Capanema (que Mota preferiu chamar “Academia Sphan”) fizera com Ouro Preto. De Minas para o Brasil

e, como resultante, para o mundo. A equação do material curiosamente é a mesma equação do imaterial, e duas cidades do interior do Brasil metaforizam o patrimônio cultural: Ouro Preto (MG) e Triunfo (PE). No entanto, a rápida passagem de Aloísio pelo IPHAN dá a sensação de que se colocadas as duas equações lado a lado, a gangorra do patrimônio brasileiro ainda penderia mais para o material devido à mão forte de Rodrigo, e sua longa passagem pelo SPHAN. O mal estar no patrimônio cultural brasileiro ainda permanecia. E novamente retomo a pesquisa de Veloso (1996) quando escreve que a turma de Rodrigo alimentava as discussões, os debates e as construções de argumentos por meio da realização de encontros periódicos no Rio de Janeiro, que se ritualizavam de maneira sacralizada nas reuniões do Conselho do IPHAN. Faziam do tombamento um rito de sacralização de concepções e práticas registradas nos livros de tombo (Veloso, 1996).

Patrimônio e Rodrigo: tempo dos arquitetos

Podemos perceber a idéias de Rodrigo Melo Franco de Andrade em seu pronunciamento em Salvador quando recebeu o título de doutor *honoris causa* da Faculdade de Arquitetura, em 1963, da então Universidade da Bahia. Nota-se em seu texto um alinhamento ideológico:

À importância cada vez maior que a defesa do espólio cultural herdado de nossos maiores assume, para o povo brasileiro e para as instituições de ensino superior que ele possui, mais representativas e cônscias de suas responsabilidades, a Faculdade de Arquitetura e a própria Universidade da Bahia tinham de ser, por motivos óbvios, extremamente sensíveis. Eis porque, compenetrada de que lhe [*sic*] caber participar da tarefa da preservação do acervo monumental do Brasil, nomeou por professor honorário o

servidor público que há mais de um quarto de século chefia o órgão destinado àquele encargo. Deliberou assim a Faculdade associar-se à campanha visando resguardar o legado inestimável das gerações brasileiras que nos antecederam, por meio de um ato expressivo, que não enaltece determinado indivíduo e sim a *causa* nele representada (...). *Tanto maior e mais calorosa é a gratidão, minha e de todos os servidores da DPHAN, quanto cada dia mais árduo se tem tornado o labor que nos cumpre executar (...). Agravam-se e multiplicam-se, de fato, ultimamente, as ameaças do espólio cultural que nos incumbe proteger.*

O desinteresse e a *ignorância da população* nacional em matéria de artes plásticas e da história do *desenvolvimento da civilização material* em nosso país é uma lacuna grave de cultura e lamento dizer que atinge os diplomados em cursos superiores. (Andrade, 2005[1963], pp. 83 e 85, grifos meus)

Ao afirmar no discurso “deliberou assim a Faculdade associar-se à campanha visando resguardar o legado inestimável das gerações brasileiras”, Rodrigo equiparou a Faculdade de arquitetura da Bahia à causa do patrimônio edificado, à sua própria e a dos servidores do DPHAN que se fundem com a “causa” representada pelo próprio Estado Nacional. A causa para ele é um dever cívico (Andrade, 2005[1963], p. 84), pois ela significa proteger o espólio cultural do país que formava em seus quadros universitários pessoas ignorantes das artes plásticas e da história. A ele, ao DPHAN e, portanto, ao Estado cabia a responsabilidade de proteger e repassar o legado de gerações que os antecederam.

Soma-se à presente análise duas intervenções de Rodrigo Melo Franco de Andrade. A primeira trata de uma reforma de um típico casarão colonial na Rua São José em Outro Preto para instalar o cinema. A reforma era de interesse da família Tropa, descendentes de emigrantes italianos. O processo administrativo levou 40 anos devido aos constantes

senões do diretor do IPHAN (Meniconi, 2004). Outro fato consiste em uma carta escrita pelo próprio diretor e dirigida ao bispo de Mariana, Dom Oscar de Oliveira, motivada pela reclamação de um velho sacristão da Igreja das Mercês. O sacristão havia escolhido outro para seu sucessor e uma zeladora para a Igreja São Francisco de Assis⁶ e o fez arbitrariamente à revelia do pároco que estava naquela ocasião introduzindo o turismo religioso na cidade e, assim, ampliando o número de ajudantes nas referidas igrejas. O pároco interveio e abriu, com essa medida, o controle dos bens e dos próprios templos, apesar de ter tolerado as nomeações do sacristão. Sem ouvir o pároco, o diretor do SPHAN pedia na carta uma intervenção do bispo a favor do sacristão. Percebe-se uma nítida hierarquia de atribuições e de poder incontestável do diretor do SPHAN em gestar e proteger o espólio cultural, para usar uma expressão própria de Rodrigo. Nesse sentido, o sacristão, a Faculdade de Arquitetura da Bahia, os funcionários do SPHAN, e, por fim, ele como diretor, alinham-se e fundem-se na causa cívica de controle e proteção do patrimônio. Como escreveu Veloso (1996, p. 77) “digna de registro é a perfeita simbiose existente entre sua biografia individual e a própria história da instituição.” Podemos dizer que o sacristão se equivale aos devotados servidores do SPHAN, representados pelo diretor que, por sua vez, é o próprio SPHAN e o Estado revestidos de poder de polícia que o Decreto nº 25 de 1937 lhes conferia. As reações vieram por parte da família Tropa, do novo pároco e, de modo geral, de quem quer que ameaçasse essa cruzada cívica, de controle e de poder do SPHAN. De fato, o atual prefeito de Ouro Preto, Angelo Oswaldo de Araujo Santos, numa coletânea de artigos sobre Rodrigo Franco Melo de Andrade, que conheceu ainda jovem, escreveu que “às turras com prefeitos e vigários, briguentos predecessores da aparatosa especulação imobiliária de nossos dias, o SPHAN ia demarcando as vertentes a serem elaboradas, na caracterização do patrimônio cultural do país (...)” (Santos, 1987, p. 7).

Estava assim configurada uma das principais feições do patrimônio cultural brasileiro que deixou marca até os dias atuais: o conflito.

O diretor do SPHAN tinha consciência dos conflitos que enfrentava e denominou seu trabalho, em 1958, de “missão espinhosa”, pregando a necessidade de uma campanha educativa para a preservação dos monumentos artísticos e o zelo pelas tradições históricas (Andrade, 1987[1958], p. 39).

A cartografia do pensamento e das ações de Rodrigo revela a clara equivalência semântica entre arquitetura, artes plásticas, servidor público, causa cívica, intervenção, civilização e, finalmente no topo, a nação. Idéias que caracterizaram o fazer e o pensar patrimonial estatal brasileiro. Lembremos que seu mandado nasceu na Ditadura de Getúlio Vargas, perpassou o período da Revolução de 1964 para finalmente deixar o cargo em 1968.⁷ Essa cartografia da causa do patrimônio material fica visível em seu discurso de despedida do SPHAN:

A tarefa que se depara ao arquiteto Renato Soeiro é estimulante pelos objetivos a alcançar, mas dura e mortificante, pois acarreta a luta contra a incontinência do poder econômico, a resistência dos interesses particulares contrariados, a incompreensão e a ignorância nos vários planos de nosso meio social. Não há, entretanto, missão mais enobrecedora do que esta a ele confiada, tão certo que cabe à sua repartição servir à causa do patrimônio, no que ela contém de mais alto, visando a proteger valores (...). (Andrade, 1987a[1967], pp. 179 e 180)

As falas de Rodrigo Melo Franco de Andrade rondam uma inquietude bachelardiana da morte. A perda é uma ameaça permanente alimentando um *modus operandi* reativo alavancado por conflitos com *personas* religiosas, políticas, famílias, e indivíduos ou “prefeitinhos de bigodes empenados” (Veloso, 1996, p. 81), assim como pela proteção

do patrimônio para o qual ele tanto dedicou sua vida. E Ouro Preto, cidade de predileção de Rodrigo, era adequada a esse modo de pensar e agir. A pesquisa de Veloso (1996, p. 83) ilustra essa idéia quando cita uma ata extraordinária do SPHAN, de 3 de junho de 1953, que aprova um plano de obras para toda a cidade de Ouro Preto e conclui: “Veja-se que o objeto a ser reinventado, o discurso a ser produzido é simplesmente uma cidade inteira (...) que se tornou emblemática, exemplar, espécie de modelo totalizador inscrito na narrativa produzida pela Academia SPHAN.” Na balança de perdas e danos, eis a face histórica e ideológica desta primeira caminhada patrimonial brasileira.

A razão de se explicitar o que chamo de cartografia do pensamento de Rodrigo serve para mostrar o quanto ele se distancia de uma parte do projeto primeiro de Mário de Andrade, que colocava lado a lado a etnografia, o folclore, a cultura popular, a arqueologia e a paisagem, assim como a Repartição Fono-foto-cinematográfica enquanto parte do instrumento inventariante na estrutura do SPHAN (Andrade, 2005[1963]).

Como num mar de ruínas a proteger, Rodrigo e sua equipe minimizam a noção ampliada e dialógica de patrimônio pretendida por Mário de Andrade. Prevaleceu Lúcio Costa, sua *expertise* quanto ao barroco e sua conexão modernista do passado colonial com o futuro. E novamente se explicam as ações de Rodrigo e Lúcio Costa, que convidam Oscar Niemayer para fazer uma experiência modernista: construir um hotel moderno na colonial Ouro Preto. Neste caso, a intervenção numa área tombada foi relativizada pelo próprio SPHAN.

No período de 1967 a 1979, o SPHAN teve como presidente o arquiteto Renato de Azevedo Duarte Soeiro. No ano de 1970, o governo Médici alterou a organização do Ministério da Educação e Cultura e o SPHAN passa a se chamar IPHAN. Nessa fase, as ações patrimoniais continuam sob a perspectiva dos arquitetos, e as práticas são pautadas a fim de promoverem o tombamento dos centros urbanos históricos. Por-

tanto, não há um rompimento com as trilhas patrimoniais de Rodrigo. As noções de ruínas e de perda ainda, nesse momento, dão o tom às políticas do patrimônio no país.

Patrimônio e Aloísio: tempo das referências culturais

Em 1979, Aloísio Barbosa de Magalhães⁸ tomou posse da direção do IPHAN. Aloísio cresceu no seio de uma família de políticos nordestinos e recebeu da mãe a influência intelectual. Sua formação aberta, que abrangia os campos do direito, do teatro, do *design*, das artes e da museologia, propicia-lhe um papel de mediador e construtor de novos campos de reflexão e ação patrimonial no país. Ocupado em fomentar um perfil identitário nacional, para além da submissão e repetição dos valores internacionais, ele se inquieta com o processo do desenvolvimento econômico do Brasil e sobre o papel do desenho industrial na criação de uma fisionomia própria para os produtos brasileiros (Rossi, 2004, p. 20). Preside um grupo de trabalho fomentado pelo Ministério da Indústria e Comércio com a parceria da Caixa Econômica Federal, da Fundação Cultural do Distrito Federal e da Fundação Universidade de Brasília para o desenvolvimento de projetos que valorizassem os produtos nacionais. Coordena, de 1976 a 1979, o Centro Nacional de Referências Culturais – CNRC. Em 1979, assume o cargo de diretor geral do IPHAN, que incorpora depois o CNRC e o Programa de Cidades Históricas. A nova estrutura institucional recebe o nome de Secretaria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – SPHAN, que continha um órgão executivo: a Fundação Nacional Pró-Memória (Fonseca, 2005, p. 154).

O que pretendo sublinhar aqui é a mudança de perspectiva que a política patrimonial brasileira adquire quando Aloísio Magalhães assume o SPHAN. Prioriza-se uma perspectiva idealista, no sentido do focar

o lugar dos sujeitos como atores sociais e patrimoniais. Herdando uma forte ação do órgão em cidades históricas, ele visita Ouro Preto,⁹ por ocasião do deslizamento de terras causado pelas chuvas, e instaura pela prática de seminários o diálogo com a população, uma nova maneira de gestão dos centros históricos protegidos (Andrade, 1987, p. 39).

A perspectiva patrimonial cunhada por Aloísio pode ser identificada em um pronunciamento feito em Goiânia em 26 de maio de 1982 (Magalhães, 1997, p. 44) quando perguntava “Que referenciais? Quais são esses referenciais? Qual a importância desses referenciais? Onde estão, como se dividem, como se compõem os referenciais importantes para o desenvolvimento da cultura brasileira?”

Da mesma maneira, ao perguntar como se encaixaria Triunfo, uma pequena cidade da chapada do Araripe em Pernambuco, no amplo plano estratégico de tecnologias para o Brasil em discussão em São Paulo, Aloísio introduziu outras formas de pensar o futuro da nação tomando como base os referenciais dinâmicos, polissêmicos e com historicidades diversas das comunidades brasileiras, tendo como metonímia a cidade de Triunfo (Magalhães, 1997, pp. 45 a 48).

Há uma quebra de paradigmas na visão desenvolvimentista de tabular culturas numa perspectiva única de processo civilizatório. A noção de patrimônio assumida por Rodrigo e seus seguidores não responde mais a esta dimensão social que se vislumbrava. Em Ouro Preto, Aloísio acorda bem cedo, anda pela cidade sonolenta e advoga que é preciso entrar em seu cotidiano para poder compreendê-la (Magalhães, 1997). Tal conduta contamina o IPHAN. Reconhece-se a fase anterior como de organização e de importância histórica institucional, todavia defende-se a sua ampliação:

A instituição (IPHAN) permanece, entretanto, voltada, sobretudo para os bens culturais imóveis, de natureza histórica, religiosos ou leigos, a quem

se juntou posteriormente o conceito de sítios e conjuntos arquitetônicos relevantes. A possibilidade de ampliar e revitalizar esse órgão é viável e lógica. Assim, não haveria a criação de nova instituição e sim a dinamização de uma já existente que passaria a cobrir maior espectro dos bens culturais: do universo cultural de um produto brasileiro como o caju assim como os monumentos holandeses do Cabo de Santo Agostinho; das indústrias domésticas dos imigrantes de Orleans, em Santa Catarina, às cerâmicas da Trucunhaém, em Pernambuco, da tecelagem manual do Triângulo Mineiro (...) ao estudo do artesanato indígena do Centro Oeste. (Magalhães, 1997, p. 62)

(...) o que se percebe é que o conceito de bem cultural extrapola a dimensão elitista de “belo e o velho”, e entra numa faixa mais importante da compreensão como manifestação geral de uma cultura. O gesto, o hábito, a maneira de ser de nossa comunidade se constituem no nosso patrimônio cultural. Evidentemente que as excelências, as sínteses maravilhosas, que são expressas nos objetos de arte, no prédio extraordinário de pedra e cal, são pontos das representações de uma cultura. Mas na verdade essa cultura é um todo, é um amálgama muito mais amplo e rico, cujo extrato dá o perfil e identidade de uma nação. (Magalhães, 1997, p. 72)

Fica claro, dessa maneira, que a linha do tempo de Rodrigo até Aloísio é diretamente proporcional à abertura política no país, da mesma forma como é proporcional o desconforto pela ausência da valorização da polissemia do patrimônio pelos atores sociais que o constroem e o ressemantizam.

A ação patrimonial do Estado brasileiro (leia-se IPHAN) começa a se configurar por meio de outras ordens: simbólica e política. Mas destaco algumas palavras recorrentes usadas por Aloísio como “síntese”, “amálgama”, “jogo dos contrários” e “ambigüidade” (Magalhães, 1987) que perpassam seus pronunciamentos. A flexibilidade de suas ações e

pensamentos torna-o hábil para atravessar o momento de transição em que o país se encontrava: ele convive tanto com o general Batista Figueiredo como com o ministro da educação Eduardo Portela.

Aloísio Magalhães modifica o foco conceitual do patrimônio, mas introjeta a herança de Rodrigo pela causa do patrimônio como uma obsessão, pois assim revela o próprio Magalhães: “A determinação de resolver os problemas é para nós o primeiro pré-requisito da ação de proteção do bem cultural (...). Essa tarefa é para ser feita com obsessão” (Magalhães, 1997, p. 28). Da mesma forma que Rodrigo, Aloísio funde-se com a causa, o que pode ser percebido quando cita para um amigo, um dia antes de assumir o IPHAN, os versos de Camões: “transforma-se o amador na coisa amada, pela virtude de muito imaginar”. Mas, essas semelhanças entre Rodrigo e Magalhães cessam quando o tema é a concepção de patrimônio cultural.

Como já escreveu Joaquim Falcão, Aloísio volta às origens com o projeto de Mário de Andrade (Falcão, 1987, p. 27) e busca consolidar o plano original deste quando sentencia que não era preciso criar outra instituição. Bastava o IPHAN ampliar sua atuação.

A volta às origens pode ser interpretada como uma tentativa de fazer dialogar a noção de cultura, na sua perspectiva agora particularista e de diálogo entre folclore e antropologia. Durante os anos anteriores é como se o folclore fosse algo menor,¹⁰ restrito ao *status* de menor prestígio acadêmico, abrindo uma distância, que deixou marcas até hoje, entre antropologia e os estudos de folclore. E essa tentativa se expressa na noção de que as referências culturais fazem a mediação entre o plano acadêmico e o plano de políticas públicas. De fato, Fonseca expressa a sua própria experiência:

Nos anos 1970, em função das pesquisas que eram desenvolvidas no CNRC, onde a noção de referência cultural era corrente e constantemente

debatida, costuma-se entender referência cultural como sinônimo do tipo de bem que aquelas pesquisas priorizavam: a produção da cultura popular, os objetos híbridos, (...) os saberes e fazeres (o chamado patrimônio não físico). Esse sentido que então era atribuído ao termo referência cultural ficou claro para mim a partir de uma proposta que foi feita em 1990 para transformar a Coordenadoria de Referência Cultural numa área de Antropologia e Folclore. *Ora o trabalho que desenvolvíamos na área de referência era crítico em relação ao folclore.* (Fonseca, 1988, p. 33, grifo meu)

A morte prematura de Aloísio Magalhães interrompe seus planos. Interrompe, mas não faz cessar o movimento de volta às origens com o projeto de Mário de Andrade, que não traz em seu texto sequer a palavra bens culturais. O *turning point* dessa escalada acontece com a redemocratização do Brasil e especificamente com a promulgação da Constituição Brasileira em 1988. Agora, de fato, a noção de bens culturais que sempre esteve colada à noção de bens patrimoniais (no sentido de propriedade, edificação) migra para a noção de *referências* culturais, assumidamente relacionada com a noção antropológica de cultura:

Desde a década de 1970, diversos segmentos da sociedade, particularmente os que atuam na área da cultura, vêm questionando os critérios de valorização tradicionalmente empregados pelo IPHAN na definição do patrimônio cultural brasileiro. Esse questionamento resultou na adoção de um conceito antropológico de cultura, tornando necessária a redefinição de critérios de seleção dos bens culturais a serem protegidos pelo Estado, e mais complexas as suas possibilidades de identificação. Em 1988, a Constituição Federal consolidou uma idéia mais abrangente de cultura atribuindo ao Estado o dever de garantir *o acesso às fontes de cultura nacional, sua valorização e difusão*, assim como sua proteção (...). (Motta & Silva, 1998, grifo no original)

Antropologia, referências, imaterialidade: desafios patrimoniais

Como vimos, o projeto original de Mário de Andrade é sempre retomado para a construção ou desenvolvimento das políticas patrimoniais no Brasil. Na nova configuração do IPHAN, após 1988, a noção de cultura na perspectiva antropológica toma fôlego incluindo os conceitos de bens culturais, de dinâmica cultural e de referência cultural, como expressou Corsino (2000, p. 7), desenvolvidas no CNRC e na Fundação Pró-Memória.

As experiências de inventários do IPHAN foram sistematizadas em 1995, numa reunião no Rio de Janeiro, e publicadas em 1998.¹¹ Após realizar uma experiência piloto na cidade de Serro (MG), o IPHAN coordenou no ano de 1997, em Fortaleza (CE), um evento denominado Seminário do Patrimônio Imaterial.

O IPHAN coordenou outras experiências em Diamantina (MG) e depois na cidade de Goiás (GO). No ano de 1998, foram criadas a Comissão e um Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial no IPHAN (Sant'Anna, 2005) que abrigaram uma experiência piloto de aplicação do inventário sob a coordenação do antropólogo Antonio Augusto Arantes, com participação da antropóloga Ana Guita de Oliveira, em Porto Seguro (BA). De tal experiência resultou o Manual de Aplicação do INRC que, na verdade, foi base do texto da Lei nº 3.551 de 4 de agosto de 2000 que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e, por fim, o Departamento de Patrimônio Imaterial (Sant'Anna, 2005, pp. 7 a 13).

De toda essa trajetória, resulta a redenção final do lugar conceitual dos chamados bens imateriais no seio institucional do IPHAN, integrando o projeto global a respeito do patrimônio cultural previsto por Mário de Andrade em 1937. Relevante também é o fato de o Conselho

Nacional de Folclore e Cultural Popular ter um lugar no organograma do IPHAN ligado à Coordenadora do Patrimônio Imaterial.

Institucionalizado o lugar do conceito de cultura na visão antropológica no seio do IPHAN como programa de políticas públicas, várias são as reflexões antropológicas que tomam o tema do patrimônio imaterial.¹² E, desta forma, processam-se no país as primeiras experiências de registro do patrimônio imaterial. É como se, uma vez completado o plano original de Mário de Andrade, tudo estivesse bem no mundo patrimonial brasileiro pelo fato de isso poder ser considerado uma reparação histórica sobre o lugar do patrimônio imaterial.

Todavia, se no plano institucional completa-se o plano original, ideal e mítico, no plano acadêmico começam as problematizações. A interlocução com os antropólogos abrem outros campos de análise, pois descosturam o fio do pretense arremate que o Decreto nº 3.551/2000 supostamente teria feito ao completar o plano de Mário de Andrade. Ao mapearem a noção de cultura como legitimadora das ações públicas patrimoniais pelo Estado, os antropólogos abrem o leque de discussões.

Oliven (2004) advertiu que a questão não era pacífica. É como se a necessidade da preservação de bens edificados, freqüentemente relacionada à idéia de congelamento no tempo, fosse imediatamente associada com a proposta do registro dos bens imateriais. O resultado imediato foi um conflito imputado pela dinâmica intrínseca ao conceito de cultura. Ou seja, não se “congela” o que, por princípio, é volátil, flexível, mutável.

Fonseca (2005) adicionou ao debate a sugestão de que seria preciso ver a questão da inatingibilidade do patrimônio relacionada às práticas sociais, advogando que o Brasil precisava adotar uma noção mais ampla de patrimônio, centrada não nos objetos, mas na relação entre sociedade e cultura, deslocando a idéia de excepcionalidade. De fato, Sahlins

(2003, p. 204) já argumentava que “os aspectos materiais não são separados dos sociais de maneira satisfatória: como se os primeiros se referissem à satisfação de necessidades pela exploração da natureza e os últimos aos problemas da relação entre os homens”.

Outro desalinho, de uma pretensa costura harmônica da lei do registro dos bens imateriais com a noção antropológica de cultura, vem da fonte clássica da antropologia brasileira: as etnografias indígenas. Ao editar um número da *Revista do Patrimônio Cultural do IPHAN*, a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (2005) traz uma discussão mais substanciada teoricamente sobre o patrimônio imaterial. O lugar de sua fala vem da academia, e com o necessário olhar distanciado do tema e do próprio IPHAN. Sua análise provém de sua experiência em elaborar um documento base, em conjunto com outros antropólogos de outros países, sobre o patrimônio imaterial para fornecer subsídios para um documento oficial acerca do tema, oficializado em 2003 na Convenção da Unesco, em Paris.

Digo substanciada não porque ela retoma a idéia de patrimônio imaterial enquanto processo proveniente dos tempos do CNRC, e, portanto de Aloísio, mas por vincular duas categorias presentes no acúmulo de sua formação e ação antropológica: a noção de território e as estratégias de acesso aos recursos naturais, pontes para a reflexão que ela faz sobre patrimônio cultural, biodiversidade e direitos de propriedade intelectual (Cunha, 2005, p. 15).

As experiências etnográficas apresentadas na referida revista sobre os grupos indígenas Suiá, Yawanawa, Fulniô, Wajãpi demonstram que as categorias como espaço, segredo, transmissão de conhecimento restrito a um grupo familiar, bem como a própria idéia de cultura, para alguns grupos, como algo universalizável, fazem escapar aquilo que a rede metodológica do INRC quer captar:

Se olharmos detalhadamente as formas de produção de coisas – estou evitando de propósito a palavra “bens culturais” veremos quanto é difícil “patrimonializá-los” sem efeitos secundários, e, sobretudo, sem uma larga medida de simplificação, e talvez de simplismo. (Cunha, 2005, p. 20)

Sendo assim, pensar apenas que o Decreto nº 3.551/2000 repara um erro histórico não resolve o problema conceitual dos patrimônios culturais brasileiros.

Percebo uma armadilha conceitual da qual os idealizadores do Decreto não conseguiram escapar. Em seu artigo primeiro, parágrafo segundo, o texto jurídico diz: “A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua ‘relevância’ nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.” (IPHAN, 2006). Ora, nota-se que a palavra “relevância” está para o Decreto do Imaterial como a palavra “excepcional” está para o Decreto do Tombamento. Ambos são seletivos, excludentes. A representatividade, como advoga Márcia Santana, numa palestra realizada em Goiânia em setembro de 2008, não me parece resolver o problema da relevância. Representar quem? O Brasil? A região? O local? A complexa rede de saberes espalhadas pelo território brasileiro seria representada por um instrumento de indexação nacional? Como resolver a questão colocada por uma nativa de um distrito da cidade de Goiás que, na mesma palestra, pretende registrar uma folia mantida por sua família ao longo dos tempos, mas que não dispõe de documentos escritos já que eles não existem? Tal demanda seria representativa para o Estado brasileiro? Qual seria o valor representativo para o registro entre conceber como relevante o Carnaval do Rio de Janeiro e o Terreiro de Umbanda Mártir São Sebastião de Goiânia?¹³ O grande acervo de etnografias bem feitas, inseridas nos cursos de pós-graduação do Brasil, não seriam uma forma legítima e representativas de inventário?

É preciso, ainda, acrescentar que as dimensões patrimoniais da cultura, por exemplo, têm sido exploradas notadamente por Gonçalves (2005) a partir da interlocução por meio de categorias analíticas como: a materialidade, a ressonância e a subjetividade

A materialidade por sua vez como escreveu Meneses (1998), está marcada pela “simples durabilidade do objeto” e por assim dizer “ele costuma ultrapassar a vida de seus produtores e usuários originais e apto a expressar o passado de forma profunda e sensorialmente convincente”. As gerações passam e os objetos podem ficar. Seguindo a direção da materialidade, Gonçalves (2005) considera que a moderna concepção de cultura dá ênfase às relações sociais ou simbólicas do que especificamente aos materiais e técnicas e que um dos possíveis corretivos proporcionado pelo uso analítico da categoria “patrimônio” em relação às teorias antropológicas seja talvez o de colocar em primeiro plano a materialidade da cultura (Gonçalves 2005, p. 21). Na contramão do simples registro do imaterial, Gonçalves debruça-se sobre uma antropologia do objeto (Gonçalves, 2007).

A ressonância seria produzida pela interação entre o expectador e os objetos e as coleções expostos. Interação que pode provocar ambigüidades, já que tal interação evoca trajetórias pessoais (personalidades, referências familiares, religiosidades, sentidos, experiências, emoções e assujeitamentos). Para Gonçalves (2005) a padronização das coleções e dos objetos expostos em museus desloca o caráter potencialmente comunicativo do patrimônio como produtor e interlocutor de culturas, no que podemos acrescentar o seu caráter polissêmico.

A subjetividade está diretamente relacionada a uma mediação entre a “cultura herdada” e a “cultura reconstruída” (Gonçalves, 2005). O sujeito interage com os objetos patrimoniais, estabelece uma relação consigo mesmo e com a alteridade como escreveram Silveira e Lima Filho (2005, p. 38):

O objeto, ou a coisa mesmo, que circula enquanto algo praticado e ritualizado no corpo social, mediante os atos que o fazem percorrer os complexos (des)caminhos da vida em sociedade, está repleto de sentidos e nexos compartilhados por aqueles que lhe atribuem valores e simbolismo, sendo que os mesmos emergem da própria experiência intersubjetiva das pessoas em interação entre si, e dela com o mundo.

Materialidade, ressonância e subjetividade são vetores analíticos antropológicos de uma dimensão mais ampla da noção de patrimônio historicamente reduzida à sua face material (edificações, monumentos) ou, agora, badalada por sua dimensão imaterial ou intangível do patrimônio (saber fazer).

Desse modo, excepcionalidade e congelamento; materialidade e intangibilidade; objeto e sujeito são, no contexto dos estudos da cultura, conceitos em fricção, que lapidam a matéria conceitual e emblemática do patrimônio pelo viés antropológico.

Finalmente, considero como mais relevante da materialidade do patrimônio imaterial em forma de decretos, manuais, editais, publicações institucionais é o ganho político que os grupos sociais, à margem dos processos de construção de políticas públicas no Brasil, no que tange ao patrimônio cultural, passam a ter. Cria-se, inclusive, um espaço, para (re)inventar ou legitimar outras formas de registros de seus saberes e fazeres, que não necessariamente naveguem pelas águas da oficialidade do Decreto nº 3.551/2000, mas ocupem definitivamente um lugar de fala como atores sociais na complexa rede de poderes políticos que se processa no Brasil e suas conexões regionais e locais.

Os Karajá, por exemplo, não precisam da legitimidade do Estado para considerar que o saber inerente à feitura de sua *ritxóó*, bonecas de cerâmica, fossem patrimônio nacional. Elas simplesmente são! Todavia, eles podem, em vez disso, utilizarem, se assim o quiserem, a possibilidade que o

Decreto nº 3.551/2000 oferece, assim como a parceria qualificada e legítima do IPHAN, para representar uma ação política e cultural do grupo com seus interlocutores históricos e contemporâneos, como fez a associação das baianas de Salvador, ao demandar o registro do seu modo de fazer, tendo em vista o “acarajé de Jesus” feitos pela comunidade evangélica.

Igualmente, os Karajá não precisam da noção de cultura ou de ecologia para explicar a concepção de território e da lógica da feitiçaria na manutenção estrutural do grupo. Ao contrário, eles usam a noção de cultura e de ecologia para alimentar uma narrativa que faz sentido para nós, que temos um mal estar com o que andamos fazendo em relação à floresta amazônica, ao cerrado e suas biodiversidades. Em outras palavras, eles tiram proveito da eficácia simbólica do uso desses conceitos.

Podemos citar ainda o caso dos ciganos de Goiânia, que não se interessaram pelo registro porque tal instrumento é incompatível com o perfil nômade e, em certos pontos, secreto do grupo.¹⁴ Trata-se de um jogo de metanarrativas para eles e para nós. E penso que é nesse “campo político” (Bourdieu, 1989, pp. 163-164), com relações de forças, jogos, tensões e conquistas, que o patrimônio cultural e seu uso da noção antropológica de cultura podem ser problematizados, oferecendo boas lições. Neste contexto, o Decreto nº 3.551/2000 traz esse mérito. Com a permissão do registro imaterial, resolve-se um mal-estar histórico desde os tempos de Rodrigo como numa catarse institucional, mas o que deve ser explorado de fato são as inúmeras possibilidades e problematizações advindas dele como, por exemplo, a questão da “autoridade etnográfica” (Clifford, 1988): quem atesta ou valida essa ou aquela proposta no ritual do registro? Ou, ao se utilizar do conceito antropológico de cultura, o tiro da metodologia do INRC pode sair pela culatra ao se mostrar limitante da profundidade simbólica, identitária e cultural que os inventariados podem revelar. Eis que está presente uma tensão antropológica nas ações patrimoniais do Brasil.

Notas

- ¹ Agradeço à PUC-GO pelo apoio à pesquisa em Ouro Preto que resultou na confecção deste artigo e à UFG, instituição na qual me dedico de maneira exclusiva.
- ² Andrade. 2002[1936].
- ³ Mário Raul de Moraes Andrade nasceu em São Paulo, em 1893. Em 1922, foi um dos organizadores da Semana de Arte Moderna. De 1928 a 1929 realizou várias viagens para o interior do país. Dedicou-se às críticas e às pesquisas folclóricas, principalmente musicais. Em 1935, fundou, juntamente com Paulo Duarte, o Departamento Municipal de Cultura de São Paulo, órgão que exerceria larga influência na democratização da cultura e do qual foi o primeiro diretor. No ano seguinte, Mário e Paulo Duarte elaboraram um projeto de lei que dispunha sobre a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde. Em 1937, criou a Sociedade de Etnografia e Folclore de São Paulo. Faleceu em São Paulo, em 1945 (FGV/CPDOC, 2006).
- ⁴ Ver Batista (2002) e Lopez (2005).
- ⁵ Aloísio Magalhães ao representar o Brasil numa reunião oficial em Veneza, teve um mal súbito e faleceu em Pádua, em 13 de junho de 1982.
- ⁶ A Igreja São Francisco de Assis tem como data certa o ano de 1776, sendo considerada um ícone do barroco da cidade de Ouro Preto, cujo frontifício e querubins mulatos são de autoria de Aleijadinho (Mourão, 1986, pp. 102 e 117; Bury, 2006).
- ⁷ De acordo com a FGV/CPDOC (2008) em sua série biografias, Rodrigo Melo Franco de Andrade nasceu em Minas Gerais em 1898. Foi advogado, jornalista e escritor, formou-se em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro. Foi chefe de gabinete de Francisco Campos, ministro da Educação e Saúde Pública e o principal responsável pela indicação de Lúcio Costa para a direção da Escola Nacional de Belas Artes em 1930. Chefiou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), desde a fundação do órgão, em 1937, até 1968. Ele morreu no Rio de Janeiro, em 1969.
- ⁸ Aloísio Barbosa Magalhães era advogado, designer e artista plástico. Nasceu em 1927, no Recife, onde foi um dos fundadores do ateliê O Gráfico Amador. Em 1968, desenhou as cédulas do cruzeiro novo. É considerado pioneiro da comunicação visual no Brasil e realizou projetos para várias empresas e instituições. Em

1975, fundou o Centro Nacional de Referência Cultural e, em 1979, ocupou o cargo de secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Foi, ainda, o criador da Fundação Nacional Pró-Memória. Morreu em 1982 numa viagem a trabalho em Veneza. Cf. <http://www.netsaber.com.br/biografias/ver_biografia_c_1573.html>.

- ⁹ Nota-se como a cidade de Ouro Preto é palco central das dramatizações e tramas das políticas patrimoniais brasileiras.
- ¹⁰ Tal constatação encontra ressonância nas análises de Travassos (2002) e Vilhena (2002).
- ¹¹ Publicado pelo então Departamento de Identificação e Documentação do órgão.
- ¹² Ver por exemplo, Fonseca et al, (2001), Laraia (2004), Gonçalves (2005), Silveira & Lima Filho (2005), Velho (2006), IPHAN (2006), Lima Filho, Eckert & Beltrão (2007) e Tamaso (2007).
- ¹³ Terreiro onde observa-se uma complexa rede de categorias das expressões da religiosidade afro-brasileira, história familiar, musicalidade e a devoção a “Santa Dica” com uma produção performática e de adereços que não deixa a desejar a nenhum outro lugar (cf. Rosafa, 2008).
- ¹⁴ Conforme informação da antropóloga Cintya Maria Costa Rodrigues da Universidade Federal do Goiás.

Bibliografia

ABREU, Regina

1996 *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*, Rio de Janeiro, Rocco.

ANDRADE, Mário de

2000 [1936] “Anteprojeto para a Criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional”, *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, Brasília, IPHAN, vol. 30.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de

- 1987a “Discurso na Posse do Arquiteto Renato de Azevedo Duarte Soeiro como Diretor do DPHAN, Rio de Janeiro, 24.06.1967”, in *Rodrigo e o SPHAN – coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*, Rio de Janeiro, SPHAN.
- 1987b “Entrevista – O Jornal em 29.06.1958”, in *Rodrigo e o SPHAN – coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*, Rio de Janeiro, SPHAN.
- 2005 [1963] “O Patrimônio Histórico e Artístico e a Missão da Universidade”, *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – Museus: antropofagia da memória e do patrimônio*, org. Mario Chagas, Brasília, IPHAN, vol. 31.

BATISTA, Marta Rosseti

- 2002 “Introdução”, *Revista do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional – Mário de Andrade*, Brasília, IPHAN, vol. 30.

BOURDIEU, Pierre

- 1989 *O poder simbólico*, trad. Fernando Tomas, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

BURY, John

- 2006 *Arquitetura e arte no Brasil colonial*, org. Myriam A. R. Oliveira, Brasília, IPHAN-Monumenta.

CLIFFORD, James

- 1988 *The Predicament of Culture. Twentieth-Century Ethnography, Literature and Art*, Cambridge, Harvard University Press.

CORSINO, Célia

- 2000 “Apresentação”, in *Inventário Nacional de Referências Culturais INRC – Manual de Aplicação DID*, Brasília, IPHAN.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.)

- 2005 *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Patrimônio Imaterial e Biodiversidade*, Brasília, IPHAN, vol. 32.

FALCÃO, Joaquim

- 1997 “A Política Cultural de Aloísio Magalhães”, in MAGALHÃES, Aloísio (org.), *E Triunfo? A questão dos bens culturais do Brasil*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Fundação Roberto Marinho.

FGV/CPDOC

- 2006 Coleções de Leis sobre Preservação do Patrimônio, Rio de Janeiro, IPHAN, Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>.
- 2008 Biografia sobre Rodrigo Melo Franco de Andrade, Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>.

FONSECA, Maria Cecília Londres

- 1988 “A noção de Referência Cultural nos Trabalhos de Inventário (palestra)”, in MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Rezende (orgs.), *Inventários de identificação: um programa da experiência brasileira*, Rio de Janeiro, IPHAN.
- 2005 *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/MinC/IPHAN.

FONSECA, M. Cecília Londres et al.

- 2001 *Revista Tempo Brasileiro – Patrimônio Imaterial*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, vol. 147.

GONÇALVES, Jose Reginaldo

- 2005 “Ressonâncias, Materialidade e Subjetividades – Culturas como Patrimônios”, *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, Ed. UFRGS, vol. 23.
- 2007 *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*, Rio de Janeiro, IPHAN/Garamond (Coleção Museu, Memória e Cidadania, vol. 2).

IPHAN

- 2006a *O Registro do Patrimônio Imaterial – Dossiê final das atividades da comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial*, Brasília, IPHAN.
- 2006b *Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio*, Rio de Janeiro, IPHAN.

LARAIA, Roque de Barros

- 2004 “Patrimônio imaterial: conceitos e implicações”, in TEIXEIRA, João Gabriel L. C.; GARCIA, Marcus V. C.; GUSMÃO, Rita (orgs.), *Patrimônio Imaterial, Performance Cultural e (re)tradicionalização*, Brasília, Ed. UnB.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira

- 2006 “Cidades Patrimoniais e Identidades Nacionais – questões antropológicas na perspectiva comparativa Brasil e os EUA”, in BEZERRA, Márcia; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (orgs.), *Os caminhos do patrimônio no Brasil*, Goiânia, Alternativa.

MANUEL FERREIRA LIMA FILHO. DA MATÉRIA AO SUJEITO...

- 2007 “Trilhas Patrimoniais de Goiânia”, in MACHADO, Laís Aparecida; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (orgs.), *Formas e tempo da cidade*, Goiânia, Ed. UCG/ Cânone.
- LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornélia; BELTRÃO, Jane
2007 *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*, Blumenau, ABA/Nova Letra.
- LOPEZ, Telê Ancona
2005 “O Turista Aprendiz na Amazônia: a invenção no texto e na imagem”, *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, vol. 13(2), jul.-ago.
- MAGALHÃES, Aloísio
1997 *E Triunfo? A questão dos bens culturais do Brasil*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira/ Fundação Roberto Marinho.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra
1998 “Memória e cultura material: documentos pessoais nos espaços públicos”, *Revista Estudos Históricos – documentos pessoais*, Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, vol. 21.
- MENICONI, Evelyn Maria de Almeida
2004 *Monumento para quem: a preservação do patrimônio nacional e o ordenamento do espaço urbano de Ouro Preto (1937-1967)*, Belo Horizonte, dissertação, PUC-MG.
- MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Rezende (orgs.),
1998 *Inventários de identificação brasileira*, Rio de Janeiro, IPHAN.
- MOURÃO, Paulo K. Correa
1986 *As igrejas setecentistas de Minas*, Belo Horizonte, Itatiaia.
- OLIVEN, Ruben
2003 *Patrimônio intangível: considerações iniciais*, in ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (orgs.), *Memória e patrimônio – ensaios contemporâneos*, Rio de Janeiro, DP&E.

- ROSABA, Wagner
2008 *Terreiro de Umbanda Mártir São Sebastião: registros de patrimônio imaterial*, Goiânia, dissertação, UCG, 129 pp.
- ROSSI, Maria Amélia
2004 *Museu da Civilização Brasileira – reconstrução de uma idéia*, Goiânia, dissertação, UCG.
- SANT’ANNA, G. Márcia
2005 *Políticas Públicas e Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, in FALCÃO, Andréia (org.), *Registro e políticas de salvaguarda para as culturas Populares*, Rio de Janeiro, IPHAN.
- SANTOS, Angelo Oswaldo de Araujo
1987 “SPHAN, Cinquenta anos de Rodrigo”, in *Rodrigo e o SPHAN – coletânea de textos sobre patrimônio cultural*, Rio de Janeiro, IPHAN.
- SAHLINS, Marshall
2003 *Cultura e razão prática*, Rio de Janeiro, Zahar.
- SILVEIRA, Flavio L. Abreu da; LIMA FILHO, Manuel Ferreira
2005 “Por uma antropologia do objeto documental: entre a alma nas coisas e a coisificação do objeto”, *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, Ed. UFRGS, vol. 23.
- TAMASO, Izabela
2007 *Em nome do patrimônio – representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás*, Brasília, tese, UnB.
- TRAVASSOS, Elizabeth
2002 “Mário e o Folclore”, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Mário de Andrade*, Brasília, IPHAN, vol. 30.
- VELHO, Gilberto
2006 “Patrimônio, Negociação e Conflito”, *Mana – Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, vol. 12(1).

VILHENA, Luis Rodolfo

2002 “Projeto e Missão”, *Revista do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional – Mário de Andrade*, Brasília, IPHAN, vol. 30.

VELOSO, Mariza Motta Santos

1996 “Nasce a Academia SPHAN”, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, IPHAN, vol. 1, ago.

ABSTRACT: In this article, I review some ideas and actions that have marked the knowledge and making of the Brazilian cultural heritage subject. The intention is to avoid historical and old explanations of the politics of “pedra e cal” (“stone and lime”), but also the vogue of the intangible heritage as if it could save the public politics of the Brazilian heritage culture. The oscillation between these two conceptual ideas is identified in this reflection as a trauma that guided until recently the patrimonial politics of the country. This paper affirms that it is necessary to deny this old tension, which is in fact a false problem that may not allow the understanding/interpretation and resignification of cultural heritage for the social groups. This should be the reason, *a priori*, of the existence of such politics. In this cartography of Brazilian public politics, related to the cultural heritage, I shed light on Anthropology, its contribution and its limits as a knowledge field, and also an increasing actor in the reconstruction of this politics.

KEY-WORDS: Heritage Culture, Public Politics, Anthropology.

Recebido em março de 2009. Aceito em dezembro de 2009.